

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	3.246.350	2.894.288
1.01	Ativo Circulante	884.694	802.173
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.736	36.108
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	38.736	36.108
1.01.03	Contas a Receber	95.453	95.394
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	95.453	95.394
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	449	185
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	94.947	95.157
1.01.03.02.03	Outros créditos	57	52
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.530	8.613
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.530	8.613
1.01.07	Despesas Antecipadas	182	93
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	182	93
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	740.793	661.965
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	740.793	661.965
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	740.793	661.965
1.02	Ativo Não Circulante	2.361.656	2.092.115
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.748	89.605
1.02.01.03	Contas a Receber	162	162
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	162	162
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	91.586	89.443
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	91.586	89.443
1.02.02	Investimentos	2.116.365	1.839.241
1.02.02.01	Participações Societárias	2.116.365	1.839.241
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.116.365	1.839.241
1.02.03	Imobilizado	10.312	10.386
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.312	10.386
1.02.04	Intangível	143.231	152.883
1.02.04.01	Intangíveis	143.231	152.883

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	3.246.350	2.894.288
2.01	Passivo Circulante	406.350	221.729
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.979	1.873
2.01.01.01	Obrigações Sociais	141	440
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.838	1.433
2.01.02	Fornecedores	1.822	1.466
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.822	1.466
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	32.199	81.708
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.533	68.737
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.533	68.737
2.01.04.02	Debêntures	27.641	12.937
2.01.04.02.01	Debêntures	27.641	12.937
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	25	34
2.01.05	Outras Obrigações	370.350	136.682
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.320	31.795
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	30.320	31.795
2.01.05.02	Outros	340.030	104.887
2.01.05.02.05	Outros débitos	9.379	7.501
2.01.05.02.06	Operações descontinuadas	66.980	97.386
2.01.05.02.07	Notas promissórias	263.671	0
2.02	Passivo Não Circulante	721.497	710.715
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	717.702	707.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.660	13.776
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.660	13.776
2.02.01.02	Debêntures	705.042	693.240
2.02.01.02.01	Debêntures	705.042	693.240
2.02.02	Outras Obrigações	3.250	3.250
2.02.02.02	Outros	3.250	3.250
2.02.02.02.03	Contrato de aquisição de ativos	3.250	3.250
2.02.04	Provisões	545	449
2.02.04.02	Outras Provisões	545	449
2.02.04.02.04	Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias	545	449
2.03	Patrimônio Líquido	2.118.503	1.961.844
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-19.096	-14.142
2.03.02.07	Reservas de capital	-19.096	-14.142
2.03.03	Reservas de Reavaliação	154.422	160.104
2.03.04	Reservas de Lucros	750.602	580.723
2.03.04.01	Reserva Legal	36.313	28.491
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	480.971	480.971
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.318	71.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	412.869	420.632
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-23.273	-28.452

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	194.840	45.296
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.132	-6.664
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.704	-2.519
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.838	-1.522
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.770	-1.873
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-133	-130
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-687	-620
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.347	1.849
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	6.347	1.849
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	197.625	50.111
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	197.625	50.111
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	194.840	45.296
3.06	Resultado Financeiro	-38.406	-27.121
3.06.01	Receitas Financeiras	2.519	2.198
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.519	2.198
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.925	-29.319
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-40.925	-29.319
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	156.434	18.175
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	156.434	18.175
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	156.434	18.175
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,88883	0,12449
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,88740	0,12428

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	156.434	18.175
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.445	15.535
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.682	7.772
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.763	7.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	169.879	33.710

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.025	37.533
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.485	-3.169
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	156.434	18.175
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	133	130
6.01.01.05	Amortização do Intangível	687	620
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	34.813	28.450
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-974	-949
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	-4.954	516
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-197.624	-50.111
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.261	40.702
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	0	14.443
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-917	219
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-358	27.609
6.01.02.05	Fornecedores	356	-598
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	405	349
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-103	-928
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	1.878	-392
6.01.03	Outros	-801	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-177.679	-28.459
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-295.666	-51.820
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	129.868	24.830
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-59	-22
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-11.822	-1.447
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	191.332	-39.175
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.583	-34.514
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	755	0
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	260.000	26.885
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-65.525	-13.617
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-303	-17.091
6.03.11	Juros pagos de empresas ligadas	-1.012	-838
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.628	-30.101
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	36.108	39.553
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.736	9.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	580.723	0	552.284	1.961.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-14.142	580.723	0	552.284	1.961.844
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.04.08	Agio em transações de capital	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.434	5.179	161.613
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.434	0	156.434
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.179	5.179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	169.879	-156.434	-13.445	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	169.879	-169.879	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.682	-5.682	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	7.763	-7.763	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-19.096	750.602	0	544.018	2.118.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	516	0	0	0	516
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	516	0	0	0	516
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.175	0	18.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.175	0	18.175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.710	-18.175	-15.535	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.710	-33.710	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.772	-7.772	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	7.763	-7.763	0
5.07	Saldos Finais	512.979	8.293	719.675	0	621.466	1.862.413

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	20.155	17.384
7.01.02	Outras Receitas	20.155	17.384
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	13.445	15.535
7.01.02.02	Outras Receitas	6.710	1.849
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.901	-2.027
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.542	-2.027
7.02.04	Outros	-359	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.254	15.357
7.04	Retenções	-820	-750
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-820	-750
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.434	14.607
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	200.144	52.309
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	197.625	50.111
7.06.02	Receitas Financeiras	2.519	2.198
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	216.578	66.916
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	216.578	66.916
7.08.01	Pessoal	4.983	2.904
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.492	2.564
7.08.01.02	Benefícios	360	246
7.08.01.03	F.G.T.S.	131	94
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	643	855
7.08.02.01	Federais	625	841
7.08.02.02	Estaduais	4	1
7.08.02.03	Municipais	14	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.073	29.447
7.08.03.01	Juros	40.970	29.319
7.08.03.02	Aluguéis	103	128
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	169.879	33.710
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	169.879	33.710

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	5.392.781	4.939.438
1.01	Ativo Circulante	520.686	207.723
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	280.112	50.668
1.01.03	Contas a Receber	201.345	139.271
1.01.03.01	Clientes	121.311	59.237
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	80.034	80.034
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	80.034	80.034
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.382	10.126
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.382	10.126
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.252	1.651
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	12.252	1.651
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.595	6.007
1.01.08.03	Outros	15.595	6.007
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	5.628	4.972
1.01.08.03.02	Outros créditos	9.967	1.035
1.02	Ativo Não Circulante	4.872.095	4.731.715
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.081.994	2.044.087
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74	74
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	74	74
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.217	13.500
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.217	13.500
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	104.347	102.117
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	104.347	102.117
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.964.356	1.928.396
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.956.805	1.920.849
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.887	2.857
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	4.617	4.643
1.02.01.09.05	Outros Créditos	47	47
1.02.02	Investimentos	1.161.023	1.133.116
1.02.02.01	Participações Societárias	1.161.023	1.133.116
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.160.959	1.133.055
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	61
1.02.03	Imobilizado	69.028	63.773
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	69.028	63.773
1.02.04	Intangível	1.560.050	1.490.739
1.02.04.01	Intangíveis	1.560.050	1.490.739

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	5.392.781	4.939.438
2.01	Passivo Circulante	643.173	359.283
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.463	10.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.463	10.011
2.01.02	Fornecedores	36.409	27.946
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.409	27.946
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.233	20.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	274.099	268.636
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	180.628	199.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	180.628	199.804
2.01.04.02	Debêntures	93.446	68.798
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	25	34
2.01.05	Outras Obrigações	290.188	19.458
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.181	7.996
2.01.05.02	Outros	281.007	11.462
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	542	541
2.01.05.02.05	Contratos de aquisições de ativos	0	1.000
2.01.05.02.06	Outros débitos	16.794	9.921
2.01.05.02.07	Notas promissórias	263.671	0
2.01.06	Provisões	14.781	12.731
2.01.06.02	Outras Provisões	14.781	12.731
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	14.781	12.731
2.02	Passivo Não Circulante	2.490.448	2.478.820
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.071.983	1.082.316
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.447	20.789
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.447	20.789
2.02.01.02	Debêntures	1.051.536	1.061.527
2.02.02	Outras Obrigações	15.330	16.499
2.02.02.02	Outros	15.330	16.499
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	3.250	3.250
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.243	1.843
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	10.054	10.870
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	783	536
2.02.03	Tributos Diferidos	170.547	174.310
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	170.547	174.310
2.02.04	Provisões	22.240	25.002
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.620	3.723
2.02.04.02	Outras Provisões	18.620	21.279
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	18.571	21.230
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	49	49
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.210.348	1.180.693
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	1.210.348	1.180.693
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.259.160	2.101.335
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-19.096	-14.142

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.07	Reservas de Capital	-19.096	-14.142
2.03.03	Reservas de Reavaliação	154.422	160.104
2.03.04	Reservas de Lucros	750.602	580.723
2.03.04.01	Reserva Legal	36.313	28.491
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	480.971	480.971
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.318	71.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	412.869	420.632
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-23.273	-28.452
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	140.657	139.491

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	241.894	205.992
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-154.880	-119.465
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-18.111	-13.207
3.02.03	Custo de construção	-77.326	-40.601
3.02.04	Operação portuária	-112	-337
3.02.05	Operação de energia	0	-11.140
3.02.07	Custo com pessoal	-7.790	-8.892
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-181	-263
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-28.941	-23.264
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-18.605	-17.360
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-3.814	-4.401
3.03	Resultado Bruto	87.014	86.527
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.382	3.441
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.926	-22.792
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-14.046	-9.574
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-5.127	-4.038
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-9.617	-7.311
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-435	-371
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	0	-1.498
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-1.701	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.300	19.993
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	6.300	19.993
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.244	6.240
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	67.632	89.968
3.06	Resultado Financeiro	-53.635	-37.565
3.06.01	Receitas Financeiras	3.321	706
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.321	706
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.956	-38.271
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-56.956	-38.271
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.997	52.403
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.918	-18.743
3.08.01	Corrente	-15.029	-22.651
3.08.02	Diferido	4.111	3.908
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.079	33.660
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	156.037	-18.699
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	156.037	-18.699
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	159.116	14.961
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	156.434	18.175
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.682	-3.214
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	156.434	14.961
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.445	15.535
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.682	7.772
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.763	7.763
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	169.879	30.496
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	167.197	33.710
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.682	-3.214

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	172.121	80.279
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	149.281	271.198
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	156.434	18.175
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.111	-17.402
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	589	642
6.01.01.05	Amortização do intangível	49.164	42.124
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	55.935	165.792
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	50.631	37.555
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	-3.279	-2
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-103	15
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	0	516
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-816	-877
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	1.166	38.380
6.01.01.15	Participações Destinadas a Venda	0	-7.480
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-5.245	-6.240
6.01.01.17	Resultado de equivalência patrimonial - participações a comercializar	-180.918	0
6.01.01.18	Resultado de equivalência patrimonial - participações descontinuadas	29.834	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	22.840	-190.919
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-62.074	14.810
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	158	8.388
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.230	5.795
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	74.475	102.920
6.01.02.05	Fornecedores	8.463	-19.073
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	0	-2.196
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.452	-7.188
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	31	13.839
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15.029	0
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-19.297	0
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	5.833	-25.580
6.01.02.12	Empréstimos e financiamentos	0	-253.170
6.01.02.13	Outras variações de passivos	0	-29.464
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-155.884	-97.192
6.02.02	Aquisição de Investimento	-77.720	-50.440
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	102.090	0
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-6.888	-1.926
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-173.366	-44.826
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	213.207	-16.430
6.03.05	Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	891	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	323.315	48.306
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-101.132	-33.279
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-9.867	-26.234
6.03.11	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	0	-5.223
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	229.444	-33.343
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.668	54.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	280.112	20.988

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	580.723	0	552.284	1.961.844	139.491	2.101.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-14.142	580.723	0	552.284	1.961.844	139.491	2.101.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.04.08	Agio em transações de capital	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.434	5.179	161.613	1.166	162.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.434	0	156.434	1.166	157.600
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.179	5.179	0	5.179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	169.879	-156.434	-13.445	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	169.879	-169.879	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.682	-5.682	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	7.763	-7.763	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-19.096	750.602	0	544.018	2.118.503	140.657	2.259.160

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722	124.683	1.968.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	39	39
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722	124.722	1.968.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	516	0	0	0	516	-5.456	-4.940
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	516	0	0	0	516	0	516
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.456	-5.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.175	0	18.175	-3.214	14.961
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.175	0	18.175	-3.214	14.961
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.710	-18.175	-15.535	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.710	-33.710	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.772	-7.772	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	7.763	-7.763	0	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	8.293	719.675	0	621.466	1.862.413	116.052	1.978.465

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	268.964	239.689
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.996	178.743
7.01.02	Outras Receitas	88.968	60.946
7.01.02.01	Receitas de Construção	77.326	40.601
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	-5.502	15.535
7.01.02.03	Outras Receitas	17.144	4.810
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-90.346	-56.697
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.073	-11.087
7.02.04	Outros	-63.273	-45.610
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	17.065	-5.009
7.02.04.02	Custos de Construção	-79.816	-40.601
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-522	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	178.618	182.992
7.04	Retenções	-49.864	-42.758
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.864	-42.758
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	128.754	140.234
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.375	6.947
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.054	6.240
7.06.02	Receitas Financeiras	3.321	707
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	137.129	147.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	137.129	147.181
7.08.01	Pessoal	21.940	18.470
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.983	14.365
7.08.01.02	Benefícios	3.632	2.944
7.08.01.03	F.G.T.S.	974	781
7.08.01.04	Outros	351	380
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.815	23.497
7.08.02.01	Federais	42.482	14.400
7.08.02.02	Estaduais	90	47
7.08.02.03	Municipais	9.243	9.050
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.388	45.739
7.08.03.01	Juros	56.201	38.272
7.08.03.02	Aluguéis	3.726	3.066
7.08.03.03	Outras	461	4.401
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	0	4.401
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	159.023	40.776
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	159.023	43.990
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	-3.214
7.08.05	Outros	-156.037	18.699
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-156.037	18.699



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31.03.2014

Novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia, no primeiro trimestre de 2013. A administração da Companhia avaliou essas novas normas, **CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto**, e apresenta os efeitos a seguir.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil (22,95%, indiretamente na concessionária Aeroportos Brasil Viracopos) e 15,79% na Vetría. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação de acordo com o CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto – Joint Venture (IAS 31).

Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia considerou tais investimentos como controles em conjunto (joint ventures, sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial).

CONSOLIDADO

A **Receita Bruta cresceu 25,1%**, de R\$224,2 milhões no 1T13 para **R\$280,4 milhões no 1T14**, principalmente devido a:

- ① **Aumento do tráfego (+5,6%) e aumento da tarifa média efetiva (+4,6%)** nas concessionárias de rodovias, gerando crescimento de **10,4%** na receita de arrecadação de pedágio no 1T14.
- ① **Adição de R\$21,1 milhões de receita da comercialização de energia.**
- ① **As outras receitas referentes à exploração da faixa de domínio das rodovias registraram R\$1,9 milhões.**

No 1T14, a **receita líquida ajustada atingiu R\$164,6 milhões (+17,4%)**.

Receita Operacional (R\$ mil)	1T14	1T13	Δ
Arrecadação de Pedágio	178.605	161.728	10,4%
Construção de Ativos das Concessões	77.326	40.601	90,5%
Operação Portuária - Carga de Terceiros	-	-	n/c
Operação Portuária - Carga Própria	1.391	2.275	-38,9%
Geração e Venda de Energia	21.143	14.740	n/c
Operação de Cabotagem	-	-	n/c
Outras Receitas	1.955	4.810	-59,4%
Receita Operacional Bruta (ROB)	280.420	224.154	25,1%
Deduções da Receita Bruta	(38.526)	(18.162)	112,1%
Receita Operacional Líquida (ROL)	241.894	205.992	17,4%
Construção de Ativos das Concessões	77.326	40.601	90,5%
Receita Operacional Líquida Ajustada	164.568	165.391	-0,5%



**Custos e despesas:**

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, atingiram de **R\$29,8 milhões** no 1T14, enquanto as despesas operacionais consolidadas, excluindo depreciação e amortização e equivalência patrimonial, foram de **R\$22,3 milhões**. Consequentemente, **custos + despesas (caixa)** somaram **R\$52,1 milhões** no 1T14, montante que representa 31,7% da receita operacional líquida ajustada.

Os custos operacionais (caixa) consolidados apresentaram queda de 21,5%. Os principais fatores foram:

- ① Aumento de 37,1% nos custos de operação e manutenção das Rodovias, principalmente em razão do aumento de serviços de manutenção decorrente da mobilização e trabalhos iniciais das obras da Nova Subida da Serra da Concer.

Custos Operacionais (R\$ mil)	1T14	1T13	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(18.111)	(13.207)	37,1%
Operação Portuária	(112)	(337)	-66,8%
Comercialização de Energia	-	(11.140)	-100,0%
Custo com Pessoal	(7.790)	(8.892)	-12,4%
Obrigações da Concessão	(3.814)	(4.401)	-13,3%
Custo Caixa	(29.827)	(37.977)	-21,5%
Depreciação e Amortização	(47.727)	(40.887)	16,7%
Custo de Construção	(77.326)	(40.601)	90,5%
Custo Operacional Total	(154.880)	(119.465)	29,6%

As despesas operacionais (caixa) consolidadas registraram R\$22,3 milhões. O principal fator foi:

- ① A implantação da nova estrutura administrativa da Concebra, nova concessionária de rodovia da Companhia.

Despesas Operacionais (R\$ mil)	1T14	1T13	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(14.046)	(9.574)	46,7%
Remuneração dos Administradores	(5.127)	(4.038)	27,0%
Despesas com Pessoal	(9.617)	(7.311)	31,5%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	6.490	19.993	-67,5%
Despesas Caixa	(22.300)	(930)	n/c
Depreciação e Amortização	(2.136)	(1.869)	14,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.054	6.240	-19,0%
Despesa Operacional Total	(19.382)	3.441	n/c

LUCRO LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O resultado financeiro totalizou **R\$53,6 milhões** de despesa 1T14, aumento de 42,8% comparado aos **R\$37,6 milhões de despesa financeira no 1T13**, principalmente em função da atualização do saldo das dívidas.





Lucro Líquido (R\$ mil)	1T14	1T13	Δ
Lucro Operacional	67.632	89.968	-24,8%
Resultado Financeiro	(53.635)	(37.565)	42,8%
Receitas Financeiras	3.321	706	370,4%
Despesas Financeiras	(56.956)	(38.271)	48,8%
Resultado Antes dos Impostos	13.997	52.403	-73,3%
Impostos Sobre Lucro	(10.918)	(18.743)	-41,7%
Impostos Correntes	(15.029)	(22.651)	-33,6%
Impostos Diferidos	4.111	3.908	5,2%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	156.037	(18.699)	-934,5%
Participação de Acionistas Não Controladores	(2.682)	3.214	-183,4%
Lucro Líquido do Exercício	156.434	18.175	760,7%

O Lucro Líquido do trimestre foi de R\$156,4 milhões, principalmente em razão do resultado da Rio Canoas que entrou em operação em setembro de 2013 e está classificada como operação descontinuada.

O Lucro Base Dividendos do período foi de R\$161,3 milhões.

Lucro Base Dividendos (R\$ mil)	1T14	1T13	Δ
Lucro líquido	156.434	18.175	760,7%
Realização da reserva de reavaliação reflexa	5.681	7.772	-26,9%
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	6.998	7.763	-9,9%
Constituição da reserva legal (5%)	(7.821)	(909)	760,4%
Lucro base de dividendos	161.292	32.801	391,7%

O Lucro Base de Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido do período pela realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação de ativos, bem como pela equivalência patrimonial reconhecida no período em que o patrimônio líquido dos investimentos é negativo, e a constituição da reserva legal.



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de março de 2014 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão

Notas Explicativas

ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica,

Notas Explicativas

mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2013, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “*due diligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Notas Explicativas

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011

Os investimentos incorridos para colocar a Usina em operação foram de aproximadamente R\$ 1.097.544. Os recursos necessários para a implantação foram captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$270.000 e durante o ano de 2013 o montante de R\$ 81.000.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

Pelo cronograma da ANEEL, a usina deveria entrar em operação em 01 de janeiro de 2015, sendo que a partir desta data 70% da energia já está vendida a R\$107,98 (R\$128,97 atualizados) pelos 30 anos de concessão. Com a antecipação, a Rio Canoas passa a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada durante os 15 meses antecipados.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

Outros

Em 31 de março de 2014, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 16.248.

iv) *Administração de portos*

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros.

Notas Explicativas

Vetria

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob a posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R\$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de “Reserva de capital”.

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica (“Associação”), por meio de uma sociedade a ser denominada Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetria.

Em 3 de dezembro de 2012, verificou-se o cumprimento de tais condições suspensivas, de modo que as partes convencionaram constituir a Vetria utilizando como veículo a Santa Rita. Primeiramente, houve a transformação dessa sociedade para Vetria Mineração S.A. e aporte, pela Triunfo, no montante de R\$15.000, em três parcelas mensais subsequentes à associação. Em seguida, ocorreu a entrada dos sócios ALL, através da compra de participação, e da Vetorial, através do aporte do ativo minerário, que aumentou o valor do patrimônio líquido da Vetria para R\$3.538.181. O ativo minerário aportado foi registrado a valor justo, com base em laudo elaborado por especialista contratado, e reflete a expectativa de rentabilidade futura do negócio. Como resultado, o capital social total e votante da Vetria encontra-se atualmente distribuído da seguinte forma:

Notas Explicativas

<u>Acionista</u>	<u>Participação (%)</u>
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Vetorial Participações	33,83%
Total	100,00%

Como efeito da entrada dos novos sócios, a Triunfo passou a deter 15,79% e reconheceu um ganho de capital na variação de participação no montante de R\$518.376 diretamente no resultado do exercício, revertendo o ágio registrado na conta de reserva de capital no montante de R\$12.091 e impactando a rubrica de “Reserva de lucros a realizar” no montante de R\$480.971 e a rubrica de “Reserva legal” no montante de R\$25.314. Com isso, a partir de dezembro de 2012, a Vetria deixou de ser controlada e passou a ser classificada como controlada em conjunto da Triunfo. O investimento está sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial conforme determina o CPC 18 (R2), vide nota explicativa nº 12.

O projeto da Vetria consiste na exploração e beneficiamento de ativos minerários localizados no Maciço de Urucum, em Corumbá-MS, transporte logístico ferroviário do minério até Santos-SP e exportação do produto através de um terminal portuário privado localizado no mesmo município.

Portonaus, Moss e Manave

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de março de 2014, foi liquidado o montante de R\$13.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonaus, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda., pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

Notas Explicativas

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, prestando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Notas Explicativas

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passa a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

b) Eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2014

i) Aeroportos Brasil – Viracopos – Aprovação financiamento BNDES

Em 02 de janeiro de 2014 a controlada Aeroportos Brasil Viracopos obteve aprovação de R\$ 1,5 bilhão de financiamento de longo prazo do BNDES. Os recursos serão utilizados para pagamento do empréstimo ponte de R\$ 1,2 bilhão e para dar continuidade às obras de implantação da primeira fase de expansão do Aeroporto de Viracopos.

ii) Triunfo – 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 21 de janeiro de 2014 a Triunfo captou R\$ 260 milhões através da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos captados foram utilizados para a integralização do capital social obrigatório da controlada Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A..

iii) Concebra – Assinatura do Contrato de Concessão

Em 31 de janeiro de 2014 a controlada CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil (“Concessionária”), assinou com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o contrato de concessão para administrar e operar a concessão rodoviária das BRs 060, 153 e 262, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

iv) Triunfo – Alteração nos covenants das dívidas

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia renegociou as cláusulas contratuais (“Covenants”) junto aos credores da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional da Companhia (“4ª Emissão”).

A aprovação se deu em quórum superior a 90% dos detentores tanto da 1ª Série quanto da 2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures.

Em contrapartida às alterações, a Emissora pagará prêmio de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o saldo devedor de 11 de março de 2014 das Debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão e alterará os juros remuneratórios das debêntures da 2ª Série para 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Saldo do Valor

Notas Explicativas

Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a partir de 15 de março de 2014.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 05 de maio de 2014.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2014, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2014. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

2.3. Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	31/03/14		31/12/13	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("TriunfoConvale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	15,8	-	15,8	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	-	-	100,0	-
Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	-	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss")	Controlada	100,0	-	-	99,7
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações e Investimentos S.A. ("Jahy")	Controlada	-	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijoa Participações e Investimentos S.A. ("Tijoa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jupiter Participações e Investimentos S.A.	Controlada	-	-	100,0	-
Vulcano Participações e Investimentos S.A. ("Vulcano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Marte Participações e Investimentos S.A. ("Marte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Diana Participações e Investimentos S.A. ("Diana")	Controlada	-	-	100,0	-

(i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.

(ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.

Notas Explicativas

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de março de 2014 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>	<u>Concebra</u>	<u>Rio Parnaíba</u>
Ativo circulante	26.829	5.127	17.960	1.872	31.420	3.082	51	1	-	232.614	1.222
Ativo não circulante	334.677	29.029	291.878	1.588	747.891	5.440	14.920	-	-	34.665	3.199
Total do ativo	361.506	34.156	309.838	3.460	779.311	8.522	14.971	1	-	267.279	4.421
Passivo circulante	121.313	13.759	97.124	2.042	100.568	2.861	2	401	-	4.140	4.516
Passivo não circulante (i)	148.044	6.554	110.438	15	308.753	567	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	92.149	13.843	102.276	1.403	369.990	5.094	14.969	(400)	-	263.139	(95)
Total do passivo e patrimônio líquido	361.506	34.156	309.838	3.460	779.311	8.522	14.971	1	-	267.279	4.421
Receita operacional líquida	67.269	13.347	78.501	15.060	96.748	11.534	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(48.450)	(8.159)	(52.317)	(3.492)	(80.006)	(4.786)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	18.819	5.188	26.184	11.568	16.742	6.748	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(4.331)	(841)	(5.049)	(457)	(6.559)	(540)	-	-	-	(2.484)	(98)
Lucro antes do resultado financeiro	14.488	4.347	21.135	11.111	10.183	6.208	-	-	-	(2.484)	(98)
Resultado financeiro, líquido	(5.390)	308	(5.453)	(9)	(8.032)	(36)	-	-	-	3.424	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	9.098	4.655	15.682	11.102	2.151	6.172	-	-	-	940	(98)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(2.474)	(877)	(6.990)	(583)	(3.314)	(422)	-	-	-	-	-
Diferidos	(489)	-	2.031	-	2.569	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	6.135	3.778	10.723	10.519	1.406	5.750	-	-	-	940	(98)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

Notas Explicativas**b) Segmento portuário**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>
Ativo circulante	79.450	14.794	3.023	45.854	28.461
Ativo não circulante	1.588.209	10.592	19.987	5.908.115	27.077
Total do ativo	1.667.659	25.386	23.010	5.953.969	55.538
Passivo circulante	293.710	28.484	5.251	15.530	27.279
Passivo não circulante (i)	508.339	580	55	2.125.278	18.938
Patrimônio líquido (i)	865.610	(3.678)	17.704	3.813.161	9.321
Total do passivo e patrimônio líquido	1.667.659	25.386	23.010	5.953.969	55.538
Receita operacional líquida	74.768	8.056	23.585	-	-
Custo dos serviços prestados	(46.372)	(8.937)	(2.702)	-	-
Lucro bruto	28.396	(881)	20.883	-	-
Despesas operacionais, líquidas	11.497	(654)	(1.038)	(3.969)	-
Lucro antes do resultado financeiro	39.893	(1.535)	19.845	(3.969)	-
Resultado financeiro, líquido	(7.251)	374	(25)	(3.545)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	32.642	(1.161)	19.820	(7.514)	-
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(8.835)	-	(2.716)	-	-
Diferidos	3.202	241	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	27.009	(920)	17.104	(7.514)	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria e Vetorial não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>Portonaus</u>	<u>Moss</u>	<u>Santa Cruz</u>
Ativo circulante	-	26.681	-	5.023	-
Ativo não circulante	70.852	752.887	-	39.507	20.631
Total do ativo	70.852	779.568	-	44.540	20.631
Passivo circulante	1	26.678	-	1.482	23
Passivo não circulante (i)	-	-	-	1.000	-
Patrimônio líquido (i)	70.851	752.890	-	42.058	20.608
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	779.568	-	44.540	20.631
Receita operacional líquida	-	-	-	1.174	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(341)	-
Lucro bruto	-	-	-	833	-
Despesas operacionais, líquidas	-	3.483	(359)	(754)	(1)
Lucro antes do resultado financeiro	-	3.483	(359)	79	(1)
Resultado financeiro, líquido	-	-	(1)	3	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	-	3.483	(360)	82	(1)
Correntes	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	3.483	(360)	82	(1)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

Notas Explicativas**c) Energia e outros**

	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>
Ativo circulante	2.542	88.632	30	-	-	-	-
Ativo não circulante	9.615	148.798	7.838	1.795	1.844	1.823	1.370
Total do ativo	12.157	237.430	7.868	1.795	1.844	1.823	1.370
Passivo circulante	1.530	86.505	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	4.241	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	6.386	150.925	7.868	1.795	1.844	1.823	1.370
Total do passivo e patrimônio líquido	12.157	237.430	7.868	1.795	1.844	1.823	1.370
Receita operacional líquida	3.079	196.143	-	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(2.255)	(196.035)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	824	108	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(127)	(227)	(1)	(1)	(1)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	697	(119)	(1)	(1)	(1)	-	-
Resultado financeiro, líquido	(50)	7	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	647	(112)	(1)	(1)	(1)	-	-
Imposto de renda e contribuição social Correntes	(369)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	278	(112)	(1)	(1)	(1)	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

	<u>Anddis</u>	<u>Dable</u>	<u>Tiojá</u>	<u>Rio Dourado</u>	<u>Juno</u>	<u>Marte</u>	<u>Vulcano</u>	<u>ATTT</u>
Ativo circulante	1	1	1	-	-	25	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	23	131
Total do ativo	1	1	1	-	-	25	23	131
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	1	1	1	-	-	25	23	131
Total do passivo e patrimônio líquido	1	1	1	-	-	25	23	131
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do impostos sobre o lucro	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(2)	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

Notas Explicativas**d) Administração de aeroportos**

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>
Ativo circulante	842	367.026
Ativo não circulante	286.378	4.588.318
Total do ativo	<u>287.220</u>	<u>4.955.344</u>
Passivo circulante	76.272	366.813
Passivo não circulante (i)	40	4.027.005
Patrimônio líquido (i)	210.908	561.526
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>287.220</u>	<u>4.955.344</u>
Receita operacional líquida	-	351.394
Custo dos serviços prestados	-	(294.620)
Lucro bruto	<u>-</u>	<u>56.774</u>
Despesas operacionais, líquidas	(10.420)	(10.811)
Lucro antes do resultado financeiro	<u>(10.420)</u>	<u>45.963</u>
Resultado financeiro, líquido	(5.596)	(76.773)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	<u>(16.016)</u>	<u>(30.810)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(92)	-
Diferidos	-	10.476
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(16.108)</u>	<u>(20.334)</u>

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são

Notas Explicativas

realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Controladora	2.118.503	1.961.844	156.434	(98.807)
Participação de acionistas não controladores	140.657	139.491	2.683	19.487
Consolidado	2.259.160	2.101.335	159.117	(79.320)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no primeiro trimestre de 2014.

3.1. Representação dos saldos comparativos

Em 31 de março de 2013 os ativos, passivos, receitas e despesas do segmento de cabotagem eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia integralmente de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10).

No final do ano de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais do segmento de cabotagem que é composto pelas empresas NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”), Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”) e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”) conforme descrito na Nota 10. Consequentemente a partir de 31 de dezembro de 2013 os saldos das empresas de cabotagem passaram a ser registrados na rubrica de operações descontinuadas.

A fim de refletir estas alterações na data de 31 de março de 2013 para fins de comparabilidade do seu resultado, fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, a Companhia está rerepresentando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos da descontinuação do segmento de cabotagem.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado do Exercício			
31/03/2013			
	Originalmente divulgado	Efeito da descontinuidade da cabotagem	Reapresentado
Receita operacional líquida	233.535	(27.543)	205.992
Custos dos serviços prestados	(104.202)	(25.624)	(78.578)
Custo de operação cabotagem	(37.985)	(37.985)	-
Depreciação	(2.523)	(2.260)	(263)
Amortização	(23.264)	17.360	(40.624)
Lucro bruto	65.561	(76.052)	86.527
Receitas (Despesas)			
Operacionais	(4.348)	(3.418)	(930)
Depreciação	(996)	(625)	(371)
Amortização	(1.498)	-	(1.498)
Resultado de equivalência patrimonial	6.240	-	6.240
Lucro operacional antes do resultado financeiro	64.959	(80.095)	89.968
Receitas financeiras	787	81	706
Despesas financeiras	(53.016)	(14.745)	(38.271)
Variação cambial, líquida	-	-	-
Resultado financeiro	(52.229)	(14.664)	(37.565)
Lucro antes do IR/CSLL	12.730	(94.759)	52.403
IR /CSLL	(5.249)	13.494	(18.743)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	7.481	(81.265)	33.660
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	7.480	26.179	(18.699)
Participação de acionistas não controladores	3.214	-	3.214
Lucro (prejuízo) líquido do período	18.175	(55.086)	18.175
Atribuição aos:			
Acionistas controladores	14.961	-	14.961
Acionistas não controladores	3.214	-	3.214

Notas Explicativas

	Demonstração do Fluxo de Caixa		
	31/03/2013		
	Originalmente divulgado	Efeito da descontinuidade da cabotagem	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	18.175	-	18.175
Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.402)	-	(17.402)
Depreciação do imobilizado	3.519	(2.877)	642
Amortização do intangível	41.526	-	41.526
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	(570)	166.362	165.792
Amortização do ágio e deságio sobre investimentos	598	-	598
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	47.108	(9.553)	37.555
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais (TPI - Variações monetárias ativas)	(2)	-	(2)
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	15	-	15
Pagamento baseado em ações	516	-	516
Participação de Acionistas Não Controladores	(3.214)	41.594	38.380
Apropriação de Receitas diferidas líquidas	(877)	-	(877)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.240)	-	(6.240)
Resultado de equivalência patrimonial - Participações a comercializar	(7.480)	-	(7.480)
(Aumento) diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes	(11.133)	25.943	14.810
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	8.388	-	8.388
Impostos a recuperar	(1.696)	7.491	5.795
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	(14.495)	117.415	102.920
Aumento (diminuição) dos passivos			
Fornecedores	2.966	(22.039)	(19.073)
Empréstimos e financiamentos	-	(253.170)	(253.170)
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	1.130	(3.326)	(2.196)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.469	(12.657)	(7.188)
Impostos, taxas e contribuições	13.839	-	13.839
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	22.651	(22.651)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes	(9.580)	9.580	-
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(6.197)	(19.383)	(25.580)
Outras variações de passivos	-	(29.464)	(29.464)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	87.014	(6.735)	80.279
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Investimentos em controladas e coligadas	(50.440)	-	(50.440)
Aquisição de bens do imobilizado	(2.544)	618	(1.926)
Adições ao ativo intangível e diferido	(44.826)	-	(44.826)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(97.810)	618	(97.192)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	(5.223)	-	(5.223)
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	52.101	(3.795)	48.306
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.952)	4.673	(33.279)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(27.232)	998	(26.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(18.306)	1.876	(16.430)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(29.102)	(4.241)	(33.343)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	54.331	-	54.331
No fim do exercício	25.229	(4.241)	20.988
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(29.102)	(4.241)	(33.343)

Notas Explicativas

	Demonstração do Valor Adicionado		
	31/03/2013		
	Originalmente divulgado	Efeito da descontinuidade da cabotagem	Reapresentado
Receitas	273.203	(33.514)	239.689
Vendas de serviços	212.257	(33.514)	178.743
Receitas de construção	40.601	-	40.601
Realização da reserva de reavaliação	15.535	-	15.535
Outras receitas	4.810	-	4.810
Insumos adquiridos de terceiros	(89.271)	32.574	(56.697)
Custos dos serviços prestados	(38.314)	33.305	(5.009)
Custos de construção	(40.601)	-	(40.601)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.356)	(731)	(11.087)
Valor adicionado bruto	183.932	(940)	182.992
Retenções	(45.643)	2.885	(42.758)
Depreciação e amortização	(45.643)	2.885	(42.758)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	138.289	1.945	140.234
Valor adicionado líquido recebido em transferência	7.028	(81)	6.947
Resultado de equivalência patrimonial	6.240	-	6.240
Receitas financeiras	788	(81)	707
Valor adicionado total a distribuir	145.317	1.864	147.181
Distribuição do valor adicionado	145.317	1.864	147.181
Pessoal e encargos	30.510	(12.040)	18.470
Remuneração direta	24.591	(10.226)	14.365
Benefícios	3.777	(833)	2.944
F.G.T.S	1.762	(981)	781
Outras	380	-	380
Impostos, taxas e contribuições	15.973	7.524	23.497
Federais	4.275	10.125	14.400
Estaduais	2.638	(2.591)	47
Municipais	9.060	(10)	9.050
Remuneração do capital de terceiros	56.457	(15.119)	41.338
Juros	53.017	(14.745)	38.272
Aluguéis	3.440	(374)	3.066
Remuneração do poder concedente	4.401	-	4.401
Lucros (prejuízos) de operações descontinuadas	7.480	11.219	18.699
Lucros (prejuízos) retidos do exercício	33.710	10.280	43.990
Participação de acionistas não controladores	(3.214)	-	(3.214)

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Disponibilidades	1.799	20.493	15.363	34.834
Aplicações financeiras	36.937	15.615	264.749	15.834
	38.736	36.108	280.112	50.668

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Econorte	74	74
	74	74
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	74	74

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	32.906	46.510
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	2.641	2.979
Serviços de energia	87.516	11.500
	123.063	60.989
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	121.311	59.237

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/03/14	31/12/13
A vencer	121.311	59.237
Vencidos há mais de 90 dias	1.752	1.752
	123.063	60.989

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldo no início do exercício	(1.752)	(1.752)
Adições	-	-
Saldo no final do exercício	(1.752)	(1.752)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no exercício.

7. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.670	4.222	4.891	4.441
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	71	78
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.860	4.361	5.063	4.472
Programa de Integração Social – PIS	-	-	33	36
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	142	151
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	2.542	5.378
Outros	-	30	3.257	213
	9.530	8.613	15.999	14.769
Parcela do circulante	9.530	8.613	11.382	10.126
Parcela do não circulante	-	-	4.617	4.643

8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda diferido	9.718	9.927
Contribuição social diferida	3.499	3.573
	13.217	13.500

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações na controlada Concepa e provisões para contingências.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável são:

Notas Explicativas

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2014	7.686
2015	5.531
	13.217

9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$12.195, R\$16.118 e de R\$14.394, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/03/14			31/12/13		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	660	-	-	-	-	-
Concer	181	-	-	181	-	-
Rio Verde	9.525	-	-	10.365	-	-
Concepa	354	-	-	386	-	-
Rio Guaíba	-	-	-	-	-	-
TPI-Log	26.678	-	-	26.678	-	-
Portonave	53.356	-	-	53.356	-	-
Rio Canoas	4.156	-	-	4.156	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	28.469	(949)	-	29.945	(3.334)
Outros:						
Concepa	37	-	112	35	-	424
Outros	-	1.851	-	-	1.850	-
Total do circulante	94.947	30.320	(837)	95.157	31.795	(2.910)
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	4.455	-	(91)	4.547	-	511
Maestra (iii)	33.175	-	1.036	32.021	-	1.995
Vetorial (iv)	274	-	8	266	-	15
Aeroportos Brasil	38.050	-	875	38.085	-	-
Outros:						
Maestra	-	-	-	9.376	-	2.451
Outros	15.632	-	-	5.148	-	-
Total do não circulante	91.586	-	1.828	89.443	-	4.972
Total	186.533	30.320	991	184.660	31.795	2.062

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.

Notas Explicativas

- (iii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Os principais contratos firmados no primeiro trimestre de 2014 entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	-	-	-	-	-	-
Portonave	53.356	-	-	53.356	-	-
TPI Log	26.678	-	-	26.678	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	2.111	-	-	392	-
CTSA (Econorte) (i)	-	5.580	-	-	6.356	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	1.438	-	-	1.247	-
Outros:						
Outros	-	52	-	-	1	-
Dividendos a pagar:						
Concer	-	10	-	-	109	-
Total do circulante	80.034	9.191	-	80.034	8.105	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	274	-	8	266	-	15
Maestra	42.559	-	-	32.021	-	-
Aeroportos Brasil	38.050	-	-	38.641	-	-
Portonave (vi)	4.455	-	(91)	6.809	-	450
Outros:						
Vetria (iii)	12.944	-	-	12.713	-	-
Maestra	-	-	-	9.376	-	-
Outros	6.065	-	-	2.291	-	-
Total do realizável a longo prazo	104.347	-	(83)	102.117	-	465
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	5.486	22.495	-	-	60.226
CTSA (Rio Canoas) (v)	-	-	-	1.999	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	1.438	22	-	-	-
Total do não circulante	-	6.924	22.517	104.116	-	60.691
Total	184.381	16.115	22.434	184.150	8.105	60.691

- (i) As Concessionárias de Rodovias, a Portonave e a Rio Tibagi contrataram a Construtora Triunfo S.A. (“CTSA”), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia para a controlada em conjunto Vetria.

Notas Explicativas

- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.
- (vi) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.

10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de março de 2014, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$248.660 (R\$ 235.250 em 31 de dezembro de 2013), e Rio Canoas no montante de R\$ 492.133 (R\$ 426.715 em 31 de dezembro de 2013), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		31/03/14	31/12/13
Capital Social	100	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	81.826	82.701
Reserva de lucros	100	36.834	22.549
Total Rio Verde		248.660	235.250
Capital Social	100	300.000	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	1.707	101.709
Reserva de Lucros	100	25.006	25.006
Lucros e prejuízos acumulados	100	165.420	-
Total Rio Canoas		492.133	426.715
Total		740.793	661.965

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$ 15.499 e na Rio Canoas foi de R\$ 165.249.

Notas Explicativas

Balancos Patrimoniais de operações destinadas a venda	31/03/2014			31/12/2013
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Ativos				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.981	49	4.030	733
Aplicações financeiras vinculadas	11.577	3.467	15.044	15.510
Contas a receber	12.086	6.280	18.366	43.409
Adiantamentos a fornecedores	-	74	74	-
Impostos a recuperar	6.001	944	6.945	9.461
Contas a receber partes relacionadas	18.855	86.456	105.311	2.877
Despesas antecipadas	538	963	1.501	1.800
Outros créditos	503	1.125	1.628	1.800
	53.541	99.358	152.899	75.590
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.597	-	3.597	-
Impostos a recuperar	-	-	-	3.631
Outros créditos	541	-	541	533
Imobilizado	541.725	1.079.306	1.621.031	1.624.802
Intangível	88	17.900	17.988	19.472
	545.951	1.097.206	1.643.157	1.648.438
Total do ativo	599.492	1.196.564	1.796.056	1.724.028
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	2.683	4.081	6.764	5.136
Empréstimos e financiamentos	18.678	85	18.763	18.487
Debêntures	-	30.626	30.626	30.073
Salários e encargos sociais	159	246	405	362
Obrigações fiscais	13.602	10.474	24.076	12.603
Contas a pagar partes relacionadas	-	163.459	163.459	190.506
Dividendos a pagar	9.446	4.156	13.602	8.290
Juros sobre capital próprio	-	-	-	5.292
Arrendamento mercantil	-	-	-	85
Outras obrigações	9.961	5.581	15.542	12.935
	54.529	218.708	273.237	283.769
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	254.150	389.956	644.106	642.943
Debêntures	-	91.502	91.502	87.462
Imposto de renda e contribuição social	42.153	-	42.153	42.603
Arrendamento Mercantil	-	64	64	86
Outras obrigações	-	4.200	4.200	5.200
	296.303	485.722	782.025	778.294
Patrimônio líquido				
Capital social	130.000	300.000	430.000	430.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.707	1.707	101.709
Ajuste de avaliação patrimonial	81.826	-	81.826	82.701
Reserva de lucros	36.834	25.006	61.840	47.555
Lucros e prejuízos acumulados	-	165.421	165.421	-
Total do patrimônio líquido	248.660	492.134	740.794	661.965
Total do passivo e patrimônio líquido	599.492	1.196.564	1.796.056	1.724.028

Notas Explicativas

<u>Demonstração do resultado de operações destinadas a venda</u>	31/03/2014			31/03/2013
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receita operacional líquida	43.662	212.595	256.257	35.107
Custos operacionais				
Operação de energia	(5.302)	(20.322)	(25.624)	(7.917)
Custo com pessoal	(40)	(347)	(387)	(324)
Depreciação	(5.742)	(4.564)	(10.306)	(5.735)
Obrigações da Concessão	(2.876)	(1.504)	(4.380)	(3.241)
Total dos custos operacionais	(13.960)	(29.737)	(40.697)	(17.217)
Lucro operacional bruto	29.702	185.858	215.560	17.890
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(259)	(136)	(395)	(408)
Administradores	-	(267)	(267)	(91)
Administrativas	(1.527)	(1.249)	(2.776)	(827)
Depreciação e amortização	(34)	(165)	(199)	(61)
Outras receitas e despesas	(429)	-	(429)	(572)
Total das despesas operacionais, líquidas	(2.249)	(1.817)	(4.066)	(1.959)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	27.453	184.041	211.494	15.931
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	306	230	536	419
Despesas financeiras	(4.924)	(11.943)	(16.867)	(5.440)
Variação cambial	-	-	-	-
Total do resultado financeiro	(4.618)	(11.713)	(16.331)	(5.021)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	22.835	172.328	195.163	10.910
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.752)	(6.909)	(14.661)	(3.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	416	-	416	279
Lucro líquido do período	15.499	165.419	180.918	7.480

Notas Explicativas

	31/03/2014			31/03/2013
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda				
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	15.499	165.186	180.685	7.480
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	5.773	4.728	10.501	5.794
Amortização	3	-	3	2
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.614	10.904	15.518	14.438
Dividendos a pagar	-	-	-	(8.388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(416)	-	(416)	-
Baixa de bens do imobilizado	-	38	38	(279)
Provisão imposto de renda sobre JSCP	(239)	-	(239)	201
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(1.303)	(60.060)	(61.363)	(252)
Contas a receber de partes relacionadas	(18.334)	-	(18.334)	(5.606)
Impostos a recuperar	2.517	-	2.517	2.000
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	227	227	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	15.370
Outras variações no ativo	1.497	-	1.497	529
Fornecedores	609	14.322	14.931	16.845
Obrigações sociais	(2)	79	77	(199)
Obrigações fiscais	(1.329)	6.399	5.070	646
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.404	-	6.404	(1.890)
Outras obrigações	473	2.161	2.634	(1.799)
Dividendos a pagar	-	-	-	-
JSCP a pagar	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	15.766	143.984	159.750	44.892
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	-	(5.288)	(5.288)	(139.050)
Aquisição de bens do intangível	-	-	-	(8.832)
Aplicação financeira restrita	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(5.288)	(5.288)	(147.882)
Atividades de financiamento				
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	40.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(100.000)	(100.000)	-
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	67.700
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(10.193)	(22)	(10.215)	(10.454)
Recebimento de venda antecipada de energia	-	(38.200)	(38.200)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-
JSCP a pagar	(1.832)	-	(1.832)	-
Integralização de capital com AFAC	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(12.025)	(138.222)	(150.247)	97.746
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.741	474	4.215	(5.244)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	240	3.042	3.282	11.150
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.981	3.516	7.497	5.906

Notas Explicativas

<u>Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda</u>	31/03/2014			31/03/2013
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receitas	48.593	222.845	271.438	39.148
Receitas relativas à venda de energia	48.593	222.824	271.417	39.056
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	21	21	92
Insumos adquiridos de terceiros	(10.494)	(23.657)	(34.151)	(12.525)
Custos dos serviços vendidos	(8.604)	(22.406)	(31.010)	(11.438)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.890)	(1.251)	(3.141)	(1.087)
Valor adicionado bruto	38.099	199.188	237.287	26.623
Depreciação e amortização	(5.773)	(4.728)	(10.501)	(5.796)
Amortização	(3)	-	(3)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	32.323	194.460	226.783	20.827
Valor adicionado recebido em transferência	306	230	536	419
Receitas financeiras	306	230	536	419
Valor adicionado total a distribuir	32.629	194.690	227.319	21.246
Distribuição do valor adicionado	32.629	194.690	227.319	21.246
Pessoal	248	403	651	943
Remuneração direta	190	373	563	588
Benefícios	43	23	66	297
F.G.T.S.	15	7	22	58
Impostos, taxas e contribuições	11.932	17.159	29.091	7.352
Federais	11.923	17.159	29.082	7.290
Estaduais	-	-	-	18
Municipais	9	-	9	44
Remuneração de capitais de terceiros	4.950	11.942	16.892	5.470
Juros relativos à capitais de terceiros	4.924	11.942	16.866	5.440
Aluguéis	26	-	26	30
Lucros retidos do exercício	15.499	165.186	180.685	7.481
Juros sobre capital próprio	1.590	-	1.590	1.809
Dividendos	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	13.909	165.186	179.095	5.672

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como “Participações a Comercializar”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

Operações descontinuadas

Em 27 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais do segmento de cabotagem que é composto pelas empresas NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”), Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”) e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”).

As empresas do segmento de cabotagem apresentavam alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade. Considerando o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu focar seus esforços nestas oportunidades.

Notas Explicativas

Os totais dos ativos e passivos das controladas Maestra, NTL e Vessel foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5). Imediatamente antes da classificação destas controladas como “Operações descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foram estimados e então constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 130.656 (R\$ 91.015 proporcional a participação da Companhia), para que o valor contábil dos ativos registrados no grupo fosse reduzido ao seu valor justo.

	Participação (%)	31/03/14
Capital Social	69,66%	1
Reserva de capital	69,66%	(264.808)
Prejuízos acumulados	69,66%	(64.343)
Adiantamento para futuro aumento de capital	100,00%	49.975
Total Maestra		(279.175)
Capital Social Integralizado	25,36%	68.374
Capital Social a Integralizar	-	(1.256)
Reserva de capital	25,36%	55.152
Prejuízos acumulados	25,36%	(183.740)
Adiantamento para futuro aumento de capital	100,00%	58.945
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	-	25.678
Total Vessel-Log		23.153
Capital Social	25,52%	74.723
Capital Social a Integralizar	-	(1.299)
Reserva de capital	25,52%	60.111
Prejuízos acumulados	25,52%	(209.776)
Adiantamento para futuro aumento de capital	100,00%	87.310
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	-	14.727
Total NTL		25.797
Total		(230.225)
Deságio na aquisição – NTL	100,00%	(308)
Total de Operações descontinuadas		(230.533)

(*) Aportes realizados pela acionista Maestra.

A equivalência patrimonial calculada no exercício para os investimentos destinados a operações descontinuadas na Maestra foi de R\$ (16.480), NTL R\$ (4.273) e Vessel-Log R\$ (4.127).

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados do exercício findo em 31 de março de 2014 estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2014				
Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas	Maestra	Vessel	NTL	Maestra LLP	Combinado
Ativos					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.985	803	216	-	3.004
Contas a receber	-	5.117	4.937	-	10.054
Adiantamentos a fornecedores	61	3.566	5.017	-	8.644
Impostos a recuperar	1.868	4.325	5.846	-	12.039
Contas a receber partes relacionadas	-	38	9.913	35.856	45.807
Despesas antecipadas	-	591	615	-	1.206
Estoques	-	2.319	1.656	-	3.975
Ativos mantidos para venda	41.887	205.660	64.398	-	311.945
Outros Créditos	-	-	-	-	-
	45.801	222.419	92.598	35.856	396.674
Ativo não circulante					
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	41.089	41.089
Intangível	-	-	-	-	-
Total do ativo	45.801	222.419	92.598	76.945	437.763
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	121.271	4.011	19.788	-	145.070
Fornecedores	512	8.000	7.635	-	16.147
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários	206	2.234	1.445	-	3.885
Obrigações fiscais	3.725	7.428	10.661	-	21.814
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	9.231	14.643	21.252	-	45.126
Arrendamento mercantil	-	2.811	3.514	-	6.325
Passivo descoberto	87.522	-	-	-	87.522
Mutuo	102.598	-	-	-	102.598
Passivos relacionados a atividade descontinuadas	-	159.471	1.718	-	161.189
Outras obrigações	-	668	789	-	1.457
	325.065	199.266	66.802	-	591.133
Passivo não circulante					
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	-
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	1	68.374	74.723	-	143.098
Capital a integralizar	-	(1.256)	(1.299)	-	(2.555)
Reserva de capital	(266.431)	55.152	60.110	-	(151.169)
Lucros e prejuízos acumulados	(65.629)	(183.740)	(209.776)	28.565	(430.580)
Adiantamento para fut. aum. de capital	52.795	84.623	102.038	48.380	287.836
Total do patrimônio líquido	(279.264)	23.153	25.796	76.945	(153.370)
Total do passivo e patrimônio líquido	45.801	222.419	92.598	76.945	437.763

Notas Explicativas

31/03/2014

Demonstração do resultado de operações descontinuadas

	Maestra	Vessel	NTL	Maestra LLP	Combinado
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-
Custos operacionais					
Operação de cabotagem	-	(2.856)	(4.664)	-	(7.520)
Total dos custos operacionais	-	(2.856)	(4.664)	-	(7.520)
Lucro (Prejuízo) operacional bruto	-	(2.856)	(4.664)	-	(7.520)
Receitas(Despesas) operacionais	(16.177)	(3.050)	(5.525)	(607)	(25.359)
Despesas gerais e administrativas	(539)	(1.259)	(1.101)	(607)	(3.506)
Remuneração dos Administradores	(138)	(108)	-	-	(246)
Amortização do intangível	(6)	(3)	-	-	(3)
Depreciação e amortização	(27)	(7)	(77)	-	(117)
Resultado de equivalência patrimonial	(15.467)	(607)	-	-	(16.074)
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(895)	(4.277)	-	(5.172)
Outras receitas operacionais		189	267		456
Outras despesas operacionais	-	(1.084)	(4.544)	-	(5.628)
Lucro (Prejuízo) operacional, antes do resultado financeiro	(16.177)	(5.735)	(10.119)	(607)	(32.638)
Resultado financeiro	(7.481)	(6.270)	(2.215)	-	(15.966)
Receitas financeiras	-	7	17	-	24
Despesas financeiras	(7.481)	(6.277)	(2.232)	-	(15.990)
Resultado antes do imposto de renda	(23.658)	(12.005)	(12.334)	(607)	(48.604)
Prejuízo líquido do período	(23.658)	(12.005)	(12.334)	(607)	(48.604)

Notas Explicativas

	31/03/2014			
	Maestra	Vessel	NTL	Combinado
Fluxos de Caixa de operações descontinuadas				
Atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do período	(23.657)	(12.005)	(12.172)	(48.834)
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	33	10	77	120
Baixa Imobilizado	-	1.084	-	1.084
Provisão para perdas de imobilizado (impairment)	-	-	4.544	4.544
Juros sobre mutuo a receber	-	-	-	-
Juros com mútuos ativos	-	-	-	(1.453)
Juros com mútuos passivos	2.639	-	-	2.639
Passivo descoberto com investimentos	15.442	-	-	15.442
Resultado de equivalência patrimonial	-	607	-	607
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.752	6.475	488	10.715
Outros ajustes	-	(1.965)	(365)	(2.321)
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	2.614	3.294	5.908
Contas a receber de partes relacionadas	106	-	-	106
Impostos a recuperar	(1)	(278)	(535)	(814)
Despesas antecipadas e outros valores	(21)	(2.391)	-	(2.412)
Aumento em contas de adiantamento e outros valores a receber	-	-	(2.359)	(2.359)
Fornecedores	(165)	(7.412)	(8.803)	(16.380)
Obrigações sociais	(177)	(156)	(172)	(505)
Obrigações fiscais	239	94	(1.086)	(753)
Outras obrigações	-	-	1.127	1.127
Aumento de clientes e outras contas a pagar	-	107	-	107
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.810)	(14.430)	(15.953)	(32.193)
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	-	-	(3)	(3)
Aquisição de bens do intangível	-	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(41.470)	-	-	(41.470)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(41.470)	-	(3)	(41.473)
Atividades de financiamento				
Pagamentos de mutuo ativo com parte relacionada	-	1.154	405	1.559
Recebimentos e adiantamento para futuro aumento de capital	52.795	26.598	21.246	100.639
Amortização de mutuo com créditos de partes relacionadas	-	(406)	-	(406)
Recebimento de empresas ligadas, operações não comerciais	-	(285)	(410)	(695)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(14.019)	-	(14.019)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(5.367)	(5.367)
Captações através de empréstimos e financiamentos	(7.557)	-	-	(7.557)
Captações de empréstimos	-	410	-	410
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	45.238	12.294	15.472	73.004
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.958	(978)	(82)	898
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27	1.781	298	2.106
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.985	803	216	3.004

Notas Explicativas

31/03/2014

Demonstrações dos valores adicionados de operações descontinuadas

	Maestra	Vessel	NTL	Combinado
Receitas	-	206	147	353
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	206	147	353
Insumos adquiridos de terceiros	(13)	(1.110)	(6.387)	(7.510)
Custos dos serviços vendidos	-	236	(1.783)	(1.547)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13)	(1.346)	(4.604)	(5.963)
Valor adicionado bruto	(13)	(904)	(6.240)	(7.157)
Retenções	(33)	(10)	(77)	(120)
Amortização	(33)	(10)	(77)	(120)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(46)	(914)	(6.317)	(7.277)
Valor adicionado recebido em transferência	(15.467)	(600)	17	(16.050)
Resultado na equivalência patrimonial	(15.467)	(607)	-	(16.074)
Receitas financeiras	-	7	17	24
Valor adicionado total a distribuir	(15.513)	(1.514)	(6.300)	(23.327)
Distribuição do valor adicionado	(15.513)	(1.514)	(6.300)	(23.327)
Pessoal	362	4.164	3.519	8.045
Remuneração direta	300	3.449	2.828	6.577
Benefícios	28	308	54	390
F.G.T.S.	34	407	637	1.078
Impostos, taxas e contribuições	-	35	77	112
Federais	-	21	50	71
Estaduais	-	12	23	35
Municipais	-	2	4	6
Remuneração de capitais de terceiros	7.782	6.292	2.276	16.350
Juros relativos à capitais de terceiros	7.482	6.276	2.232	15.990
Aluguéis	300	16	44	360
Remuneração de capital próprio	(23.657)	(12.005)	(12.172)	(47.834)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	(23.657)	(12.005)	(12.172)	(47.834)

Notas Explicativas

11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Gastos com apólices de seguros (i)	62	88	11.728	1.408
Outros gastos	119	5	524	243
	182	93	12.252	1.651
Parcela do circulante	182	93	12.252	1.651
Parcela do não circulante	-	-	-	-

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 31/03/14	Investimentos permanentes em 31/12/13
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	92.149	100,0%	92.149	-	92.149	95.347
Rio Tibagi	13.843	100,0%	13.843	-	13.843	12.552
Concepa	102.277	100,0%	102.277	-	102.277	97.631
Rio Guaíba	1.403	100,0%	1.403	-	1.403	304
Concer	369.990	62,5%	231.244	-	231.244	230.366
Rio Bonito	5.093	62,5%	3.183	-	3.183	2.090
Concebra	263.139	100,0%	263.139	-	263.139	-
Convale	360	100,0%	360	-	360	360
Rio Parnaíba	(95)	100,0%	(95)	-	(95)	-
Tucano	7.869	100,0%	7.869	-	7.869	7.859
Retirinho	1.794	100,0%	1.794	-	1.794	1.795
Guariroba	1.844	100,0%	1.844	-	1.844	1.844
Estrela	1.822	100,0%	1.822	-	1.822	1.822
Rio Dourado	-	100,0%	-	-	-	-
TPI-Log	752.891	100,0%	752.891	-	752.891	743.985
Moss	42.058	100,0%	42.058	-	42.058	-
Portonave (*)	865.610	33,33%	275.739	38.393	314.132	305.129
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
MaNave	-	100,0%	-	-	-	-
Portonaus	-	100,0%	-	-	-	39.337
Rio Canoas	-	0,0%	-	-	-	-
Taboca	1.370	100,0%	1.370	-	1.370	1.370
Anddis	1	100,0%	1	-	1	1
Dable	1	100,0%	1	-	1	1
Santa Cruz	20.608	100,0%	20.608	-	20.608	20.598
Santip	1	100,0%	1	-	1	1
Jahy	-	100,0%	-	-	-	1
Tijoá	1	100,0%	1	-	1	1
ATTT (*)	132	64,0%	84	48	132	125
Aeroportos Brasil (*)	210.908	45,0%	94.909	-	106.882	96.651
TNE	150.925	100,0%	150.925	-	150.925	173.962
Rio Claro	6.387	100,0%	6.387	-	6.387	6.108
Marte	25	100,0%	25	-	25	-
Vulcano	23	100,0%	23	-	23	-
Total Investimentos	2.912.430		2.065.856	50.414	2.116.270	1.839.241
Vessel-Log	-	0,0%	-	-	-	-
Rio Claro	-	0,0%	-	-	-	-
Maestra	-	0,0%	-	-	-	-
NTL	-	0,0%	-	-	-	-
Rio Paraíba	(401)	100,0%	(401)	-	(401)	(401)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(49)	(49)	(49)
Diana	-	100,0%	-	-	-	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(401)		(401)	(49)	(450)	(450)
Total Investimentos Líquido	2.912.029		2.065.455	(50.365)	2.115.820	1.838.792

(*) As controladas apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas

Investimento	Consolidado – 31/03/2014	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	106.883	7.249
Portonave	452.002	9.003
TPI-Log (**)	602.074	(1.012)
Total Investimentos em controladas	1.160.959	15.240
Ecovale (*)	(49)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(49)	-
Total Investimentos Líquido	1.160.910	15.240

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(**) A partir de dezembro de 2012, os investimentos na Vetria e na Portonave nos montantes de R\$602.074 e R\$ 452.002 respectivamente, passaram a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/13	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Ganho (Perda) no aumento de participação	Transferência	Outros	Investimentos permanentes em 31/03/14	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/13
Econorte	95.347	-	6.135	(8.673)	-	-	(660)	92.149	8.654
Rio Tibagi	12.552	-	3.778	(2.487)	-	-	-	13.843	5.998
Concepa	97.631	-	10.723	(6.077)	-	-	-	102.277	12.575
Rio Guaíba	304	-	10.519	(9.420)	-	-	-	1.403	9.935
Concer	230.366	-	878	-	-	-	-	231.244	8.298
Rio Bonito	2.090	-	3.594	(2.501)	-	-	-	3.183	3.476
Convale	360	1	(1)	-	-	-	-	360	(19)
Tucano	7.859	11	(1)	-	-	-	-	7.869	(45)
Retirinho	1.795	-	(1)	-	-	-	-	1.794	-
Guariroba	1.844	1	(1)	-	-	-	-	1.844	(18)
Estrela	1.822	-	-	-	-	-	-	1.822	(18)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPI-Log	743.985	5.423	3.483	-	-	-	-	752.891	7.753
Portonave	305.129	-	9.003	-	-	-	-	314.132	4.993
Trevally	1	1	(1)	-	-	-	-	1	-
MaNave	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Portonaus	39.337	1.200	(360)	-	-	(40.177) (ii)	-	-	575
Rio Canoas (i)	-	-	165.419	-	-	(165.419)	-	-	(385)
Taboca	1.370	-	-	-	-	-	-	1.370	(19)
Anddis	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Dable	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Santa Cruz	20.598	-	-	-	-	-	-	20.598	-
Santip	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Tijóá	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Jary	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATTT	125	7	-	-	-	-	-	132	-
Aeroportos Brasil	96.651	17.480	(7.249)	-	-	-	-	106.882	(6.653)
Vessel-Log (i)	-	-	(4.127)	-	-	(4.127)	-	-	(7.232)
TNE	173.962	(22.925)	(112)	-	-	-	-	150.925	3.073
Rio Claro	6.108	1	278	-	-	-	-	6.387	(86)
Maestra (i)	-	-	(16.480)	-	-	16.480	-	-	(46)
NTL (i)	-	-	(4.273)	-	-	4.273	-	-	(8.559)
Rio Paraíba	(400)	(1)	-	-	-	-	-	(401)	-
Ecovale	(49)	-	-	-	-	-	-	(49)	-
Rio Verde (i)	-	-	15.499	-	-	(15.499)	-	-	7.865
Juno	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jupiter	-	11	(1)	-	-	-	-	10	-
Vulcano	-	23	-	-	-	-	-	23	-
Marte	-	27	(2)	-	-	-	-	25	-
Moss	-	1.800	81	-	-	40.177 (ii)	-	42.058	-
Rio Parnaíba	1	1	(97)	-	-	-	-	(95)	-
Concebra	-	262.199	940	-	-	-	-	263.139	-
Total	1.838.792	265.260	197.624	(29.158)	-	(156.038)	(660)	2.115.820	50.111

(i) Em 31 de março de 2014 os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda e os investimentos Maestra, NTL e Vessel estão classificados como operações descontinuadas. Vide nota explicativa nº 10.

(ii) Em 28 de fevereiro de 2014 ocorreu a incorporação da Portonaus S.A. - Terminais Portuários pela Moss Serviços Portuários Ltda. O investimento que a Companhia possuía na Portonaus foi transferido integralmente para a investida Moss a partir de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas**c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de março de 2014**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>	<u>TPB</u>	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil - Viracopos</u>
Caixa e equivalente de caixa	17.185	4.481	1.315	79	1	-	16	272.023
Demais contas ativo circulante	62.265	10.313	1.708	45.775	28.460	-	826	95.003
Ativo não circulante	1.588.209	10.592	19.987	5.908.115	27.077	70.852	286.378	4.588.318
Total do ativo	1.667.659	25.386	23.010	5.953.969	55.538	70.852	287.220	4.955.344
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	10.118	-	5.701	-	-	-	103.050
Debêntures - circulante	66.731	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	226.979	18.366	5.251	9.988	27.279	1	76.272	263.763
Empréstimos e financiamentos - não circulante	-	-	-	143.039	-	-	-	1.681.208
Debêntures - não circulante	140.238	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	368.101	580	55	1.982.239	18.938	-	40	2.345.797
Patrimônio líquido	865.610	(3.678)	17.704	3.813.002	9.321	70.851	210.908	561.526
Total do passivo e PL	1.667.659	25.386	23.010	5.953.969	55.538	70.852	287.220	4.955.344
Receita operacional líquida	74.768	8.056	23.585	-	-	-	-	351.394
Custo dos serviços prestados	(21.718)	(8.937)	(2.702)	-	-	-	-	(286.759)
Depreciação	(24.654)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	(7.861)
Lucro bruto	28.396	(881)	20.883	-	-	-	-	56.774
Despesas operacionais líquidas	(7.332)	(664)	(1.106)	(2.883)	-	-	(50)	(10.740)
Depreciação	(3.290)	-	-	(23)	-	-	-	(71)
Amortização	-	-	-	(6)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	16.185	-	-	(1.035)	-	-	(10.370)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	5.934	10	68	(22)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	39.893	(1.535)	19.845	(3.969)	-	-	(10.420)	45.963
Receitas financeiras	273	399	2	3.180	-	-	66	2.405
Despesas financeiras	(7.906)	(146)	(27)	(6.725)	-	-	(5.662)	(79.178)
Variação cambial, líquida	382	121	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(7.251)	374	(25)	(3.545)	-	-	(5.596)	(76.773)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	32.642	(1.161)	19.820	(7.514)	-	-	(16.016)	(30.810)
IR/CSLL								
Correntes	(8.835)	-	(2.716)	-	-	-	(92)	-
Diferidos	3.202	241	-	-	-	-	-	10.476
Lucro líquido (prejuízo) do período	27.009	(920)	17.104	(7.514)	-	-	(16.108)	(20.334)

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

Notas Explicativas

13. Imobilizado

Custo	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	35.838	11.961	4.634	1.169	1.730	12.607	6.293	153	74.385
Construções / Aquisições	-	1.787	304	261	159	153	4.227	-	6.888
Baixas	-	-	(60)	-	-	(984)	-	-	(1.044)
Saldo em 31/03/2014	35.838	13.748	4.878	1.430	1.889	11.776	10.517	153	80.229
Depreciação									
Saldo em 31/12/2013	-	(2.724)	(1.821)	(640)	(1.204)	-	(4.167)	(56)	(10.612)
Depreciação	-	(113)	(158)	(32)	(54)	-	(227)	(5)	(589)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	-	(2.837)	(1.979)	(672)	(1.258)	-	(4.394)	(61)	(11.201)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2013	35.838	9.237	2.813	529	526	12.607	2.126	97	63.773
Saldo em 31/03/2014	35.838	10.911	2.899	758	631	11.776	6.123	92	69.028
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	10%	

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

Notas Explicativas

14. Intangível

Custo	Controladora							Total Controladora
	Ágio na aquisição da				Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares		
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)				
Saldo em 31/12/2013	41.476	114	267	4.028	78.448	51.318	770	176.421
Adições	-	-	-	-	-	11.743	79	11.822
Baixas	-	-	-	-	-	(20.787)	-	(20.787)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	41.476	114	267	4.028	78.448	42.274	849	167.456
Amortização								
Saldo em 31/12/2013	(22.928)	-	(134)	-	-	(87)	(389)	(23.538)
Amortização	(588)	-	(9)	-	-	(53)	(37)	(687)
Saldo em 31/03/2014	(23.516)	-	(143)	-	-	(140)	(426)	(24.225)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2013	18.548	114	133	4.028	78.448	51.231	381	152.883
Saldo em 31/03/2014	17.960	114	124	4.028	78.448	42.134	423	143.231
Taxa de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	-	20%	

Custo	Consolidado			Total
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	
Saldo em 31/12/2013	176.421	2.395.364	42.021	2.613.806
Adições	11.822	125.674	35.870	173.366
Baixas	(20.787)	(91)	(34.013)	(54.891)
Transferência	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	167.456	2.520.947	43.878	2.732.281
Amortização				
Saldo em 31/12/2013	(23.538)	(1.094.806)	(4.723)	(1.123.067)
Amortização	(687)	(29.945)	(10)	(30.642)
Amortização – mais valia	-	(18.605)	-	(18.605)
Baixas	-	83	-	83
Transferência	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	(24.225)	(1.143.273)	(4.733)	(1.172.231)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2013	152.883	1.300.558	37.298	1.490.739
Saldo em 31/03/2014	143.231	1.377.674	39.145	1.560.050
Taxa de amortização	-	4 a 5%(*)	-	

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

Notas Explicativas

- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com a controlada Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2014 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Econorte	32.754	33.363
Concer	598	598
	33.352	33.961
Parcela do circulante	14.781	12.731
Parcela do não circulante	18.571	21.230

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/03/14	31/12/13
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	17.193	18.313
Conta garantida Santander	Não há	126,5% do CDI	-	34.200
Conta garantida banco do Brasil	Não há	CDI+3,307184% a.a	-	30.000
Concepa:				
Conta garantida – Banco Santander	Não há	121,5% do CDI	43.980	34.845
Concer:				
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	6.482	6.905
Financiamento de imobilizado - FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	1.176	558
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Alienação fiduciária	18,15% a.a.	2.534	1.324
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	24.000	25.044
Conta garantida - Banco Itaú	Sem aval	118,0% do CDI	24.999	10.000
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	5.000	-
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	74.750	58.300
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	38	44
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	119	152
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	180	217
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Santander	Alienação fiduciária	11,7% a.a.	496	541
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	26	37
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	102	113
			201.075	220.593
Parcela do circulante			180.628	199.804
Parcela do não circulante			20.447	20.789

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2014 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	3.348	6.107
2016	4.468	7.085
2017	4.468	5.674
Após 2017	372	1.581
	13.660	20.447

Notas Explicativas

17. Debêntures

	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Triunfo (controladora)	732.683	706.177
Concepa	115.628	136.874
Econorte	94.566	91.603
Concer	202.105	195.671
	1.144.982	1.130.325
Parcela do circulante	93.446	68.798
Parcela do não circulante	1.051.536	1.061.527

a) Triunfo

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$221.490 e R\$211.308, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.306 e R\$3.539 em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são R\$511.193 e R\$494.869, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

Notas Explicativas

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 7% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$16.720 e R\$14.294 em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

b) Concepa

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$115.628 e R\$136.874, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$2.354 e R\$2.598 em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 respectivamente.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$94.566 e R\$91.603, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.007 e R\$1.089 em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Notas Explicativas

d) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$202.105 e R\$195.671, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$5.046 e R\$5.327 em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, do penhor de 100% das ações representativas do capital social da controlada Concer e da alienação fiduciária de 100% das quotas representativas o capital social da controlada Rio Bonito, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5. Em 02 de setembro de 2013 o saldo existente na conta da controlada Concepa foi totalmente utilizado para a liquidação das debêntures da 4ª emissão e dos CCBs.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2014, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	77.370	118.714
2016	307.253	464.736
2017	268.630	351.313
2018	51.789	116.773
	705.042	1.051.536

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,11%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(4.123)	76.537	CDI+2,20%	CDI+3,20%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(20.028)	371.812	IPCA+8,5%	IPCA+7,89%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 5,90%	IPCA + 6,53%
			1.132.500	(40.910)	1.091.590		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(4.950)	1.644	(3.306)
Triunfo	(4.123)	1.269	(2.854)
Triunfo	(20.028)	6.162	(13.866)
Concepa	(4.320)	1.966	(2.354)
Econorte	(1.800)	793	(1.007)
Concer	(5.689)	643	(5.046)
		19.197	(28.433)

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2014	4.532	7.050
2015	4.532	7.050
2016	4.532	6.164
2017	6.360	7.605
2018	70	564
		28.433

Notas Explicativas**18. Impostos, taxas e contribuições**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	1.840	3.063
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	6.220	9.199
Imposto de Renda Retido na Fonte	58	30	535	539
Cofins	16	25	2.089	2.332
PIS	19	6	1.063	1.234
INSS	-	-	336	161
Imposto Sobre Serviços	1	-	4.422	4.723
Imposto sobre Operações Financeiras	-	317	-	261
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	47	62	861	563
ICMS	-	-	-	-
Outros impostos e contribuições	-	-	110	269
	141	440	17.476	22.344
Parcela do circulante	141	440	16.233	20.501
Parcela do não circulante	-	-	1.243	1.843

19. Imposto de renda e contribuição social diferidosa) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/03/14	31/12/13
Triunfo	446.787	409.443
	446.787	409.443

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Reserva de reavaliação	114.471	119.944
Estorno de amortizações – ICPC 01	56.076	54.366
	170.547	174.310

Notas Explicativas

20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Aquisição de direito de exploração de superfície	3.250	3.250	3.250	3.250
Aquisição de investimento na Moss	-	-	-	1.000
	3.250	3.250	3.250	4.250
Parcela do circulante	-	-	-	1.000
Parcela do não circulante	3.250	3.250	3.250	3.250

a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluentes o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Notas Explicativas

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Receita recebida antecipadamente	11.641	12.583
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.587)	(1.713)
	10.054	10.870

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			31/03/14
	31/12/13	Complemento	Pagamentos	
Processos cíveis	1.306	25	(142)	1.189
Processos trabalhistas	2.417	39	(25)	2.431
Total provisão	3.723	64	(167)	3.620

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$12.042 e R\$20.785 em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, não houve outras alterações relevantes nos litígios divulgados pela Companhia nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 31 de março de 2014, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$842.979.

b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	156.434	18.175
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	2.000.000	1.958.904
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.715.599)	(1.710.782)
Resultado por ação – básico	(0,88883)	(0,12449)
Resultado por ação - diluído	(0,88740)	(0,12428)

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação

Notas Explicativas

reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Lucro líquido	156.434	18.175
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	5.682	7.772
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7.763	7.763
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	169.878	33.710
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(7.822)	(909)
Saldo à disposição dos acionistas	162.057	32.801

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
		<u>Reapresentado</u>
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	178.605	161.728
Operação de carga própria - porto	1.391	2.275
Operação de energia	21.143	14.740
Construção de ativos das concessões de rodovia	77.326	40.601
Operação de cabotagem	-	-
Outros	1.955	4.810
	280.420	224.154
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(38.526)	(18.162)
	241.894	205.992

25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Notas Explicativas

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	31/03/14		31/12/13	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Ações exercíveis	2.000.000	2.000.000
Prazo de vida útil (anos)	4	4
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Notas Explicativas

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas nos período findo em 31 de março de 2013 é de R\$516, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$448 em 31 de março de 2013 e despesa com pessoal no montante de R\$68 em 31 de março de 2013. As despesas referentes a remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos em 31 de março de 2014.

26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura					Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	
Econorte	3.000	70.849	3.000	-	100.183	177.032
Concer	14.922	-	-	-	13.986	28.908
Concepa	12.800	24.805	7.748	-	21.583	66.936
Rio Verde	10.000	375.371	-	-	-	385.371
Rio Canoas	20.000	967.131	1.910.816	-	8.991	2.906.938
Portonave	-	-	-	10.000	-	10.000
Aeropostos Brasil – Viracopos	40.000	513.653	3.080.000	-	804.890	4.438.543
TPI	-	-	-	40.000	745.000	785.000
Total R\$	100.722	1.951.809	5.001.564	50.000	1.694.633	8.798.728
Maestra/ NTL/ Vessel	-	62.350	-	-	-	62.350
Portonave	-	166.302	-	-	-	166.302
Aeropostos Brasil – Viracopos	500.000	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	228.652	-	-	-	728.652

- (i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

27. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2013 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.119.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 31 de março de 2014 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$2.838 (R\$1.522 em 31 de março de 2013) na controladora e de R\$5.127 (R\$4.038 em 31 de março de 2013 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/03/14	31/03/2013
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	1.361	1.006
Benefícios diretos e indiretos	84	68
Participações nos resultados	1.393	-
Plano de opções de compra de ações	-	448
	2.838	1.522

28. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de março de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos de operações em continuidade	156.436	18.175	13.997	52.403
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	156.037	(18.669)
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos sobre o lucro	156.436	18.175	170.034	33.704
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(53.188)	(6.180)	(57.812)	(11.459)
Exclusões (adições) permanentes	53.188	6.180	46.894	(7.284)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	(10.918)	(18.743)

Notas Explicativas

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/2013 Reapresentado
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	91	187	4.519	407
Juros recebidos	191	-	198	-
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	1.828	1.787	2.777	2
Outros juros e descontos obtidos	182	224	770	297
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(28.700)	(27.571)	(41.874)	(34.088)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(9.379)	(1.717)	(14.815)	(1.682)
Outros juros, multas e atualizações	(2.229)	(27)	(4.820)	(2.448)
Impostos sobre operações financeiras	(390)	(4)	(390)	(53)
Resultado financeiro	(38.406)	(27.121)	(53.635)	(37.565)

Notas Explicativas

30. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	280.112	50.668	280.112	50.668
Aplicações financeiras vinculadas	74	74	74	74
Contas a receber, líquidas	121.311	59.237	121.311	59.237
Impostos a recuperar	15.999	14.769	15.999	14.769
Depósitos judiciais	2.887	2.857	2.887	2.857
Total	420.383	127.605	420.383	127.605
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	201.075	220.593	201.075	220.593
Debêntures e prêmio de não conversão	1.144.982	1.130.325	1.144.982	1.130.325
Notas Promissórias	263.671	-	263.671	-
Fornecedores	36.409	27.946	36.409	27.946
Salários, provisões e contribuições sociais	11.463	10.011	11.463	10.011
Dividendos	10	109	10	109
Impostos a pagar	17.475	22.344	17.475	22.344
Arrendamento mercantil	25	34	25	34
Contratos de aquisição de ativos	3.250	4.250	3.250	4.250
Total	1.678.361	1.415.612	1.678.361	1.415.612

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2013, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,06% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	11,06%	8,30%	5,53%
Triunfo (Controladora)	CDI	4.085	3.064	2.043
Econorte	CDI	8	6	4
Concebra	CDI	25.063	18.797	12.531
Moss	CDI	133	100	67
R\$264.905 (**)		29.289	21.967	14.645

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de março de 2014 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2014, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 31 de março de 2014, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2014 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas*Triunfo (Controladora)*

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI R\$25 (**)	CDI	3	3	4
		3	3	4
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	14.065	17.581	21.097
4ª Emissão de Debêntures R\$732.683 (**)	CDI	56.538	70.672	84.807
		70.603	88.253	105.904
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	11,06%	13,83%	16,59%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,35%	7,94%	9,53%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de março de 2014

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil - Controladora	CDI	3	3	4
Conta garantida – Concepa	CDI	4.864	6.080	7.296
Conta garantida - Econorte	CDI	8.267	10.334	12.401
Finame – Rio Bonito	TJLP	9	11	14
Notas promissórias - Triunfo	CDI	29.162	36.453	43.743
Conta Garantida – Banco ABN Real	CDI	18.905	23.632	28.358
Conta Garantida – Banc Itau	CDI	13.184	16.479	19.775
Capital de Giro	CDI	16.743	20.929	25.115
R\$436.599 (**)		42.305	52.881	63.458
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	14.065	17.581	21.097
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	56.538	70.672	84.807
Debêntures – Econorte	CDI	10.459	13.074	15.688
Debêntures – Concepa	CDI	12.788	15.986	19.183
Debêntures – Concer	CDI	22.353	27.941	33.529
R\$1.144.982 (**)		116.203	145.254	174.304
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	11,06%	13,83%	16,59%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	7,17%	8,96%	10,76%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	6,35%	7,94%	9,53%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de março de 2014

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos,

Notas Explicativas

quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas

Notas Explicativas

controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	17.193	82.513	201.075	220.593
Debêntures (Nota 17)	732.683	706.177	1.144.982	1.130.325
Notas promissórias (Nota 35)	263.671	-	263.671	-
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(38.736)	(36.108)	(280.112)	(50.668)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(74)	(74)
Dívida líquida	974.811	752.582	1.329.542	1.300.176
Patrimônio líquido	2.118.503	1.961.844	2.259.160	2.101.335
Total do capital	3.093.314	2.714.426	3.588.702	3.401.511
Índice de alavancagem financeira - %	31,51	27,73	37,05	38,22

31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

Notas Explicativas

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Concebra, Rio Parnaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: TPI-Log, Moss, Trevally, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: As controladas Rio Claro e TNE, incluindo as controladas Rio Verde e Rio Canoas, as quais encontram-se destinadas a venda conforme nota explicativa nº 10;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/03/2014							Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	239.788	1.192	-	199.222	-	-	(219.433)	220.769
Custos dos serviços prestados	(154.539)	(359)	-	(198.290)	-	-	196.035	(157.153)
Lucro bruto	85.249	833	-	932	-	-	(23.398)	63.616
Receitas (Despesas) operacionais	(20.358)	2.018	-	(354)	(4)	203.085	(197.960)	(13.573)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	64.891	2.851	-	578	(4)	203.085	(221.358)	50.043
Resultado financeiro	(15.188)	2	-	(43)	-	(38.088)	-	(53.317)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	49.703	2.853	-	535	(4)	164.997	(221.358)	(3.274)
Imposto de renda e contribuição social	(10.549)	-	-	(369)	-	-	-	(10.918)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	39.154	2.853	-	166	(4)	164.997	(221.358)	(14.192)
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	181.870	181.870
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	39.154	2.853	-	166	(4)	164.997	(39.488)	167.678
Participação de acionistas não controladores	-	2	-	-	-	-	(2.683)	(2.681)
Lucro (prejuízo) líquido do período	39.154	2.855	-	166	(4)	164.997	(42.171)	164.997
Ativos totais por segmento	1.752.594	845.143	1	249.587	14.883	3.252.310	(715.831)	5.398.687
Passivos totais por segmento	890.226	29.160	-	92.276	-	1.124.113	(212.527)	1.923.248

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

	31/03/2013 (Reapresentado)							Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	190.693	1.922	-	13.377	-	-	-	205.992
Custos dos serviços prestados	(107.446)	(879)	-	(11.140)	-	-	-	(119.654)
Lucro bruto	83.247	1.043	-	2.237	-	-	-	86.527
Receitas (Despesas) operacionais	1.560	7.660	-	730	(98)	45.296	(51.707)	3.441
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	84.807	8.703	-	2.967	(98)	45.296	(51.707)	89.898
Resultado financeiro	(10.463)	(2)	-	21	-	(27.121)	-	(37.565)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	74.344	8.701	-	2.988	(98)	18.175	(51.707)	52.403
Imposto de renda e contribuição social	(18.368)	(375)	-	-	-	-	-	(18.743)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	55.976	8.326	-	2.988	(98)	18.175	(51.707)	33.660
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	55.976	8.326	-	2.988	(98)	18.175	(51.707)	33.660
Participação de acionistas não controladores	-	(2)	-	-	-	-	10.696	10.694
Lucro (prejuízo) líquido do período	55.976	8.324	-	2.988	(98)	18.175	(41.011)	18.175
Ativos totais por segmento	1.381.783	822.293	-	12.321	13.220	2.718.757	(607.394)	4.340.980
Passivos totais por segmento	703.972	12.510	-	8.667	83	856.344	(208.704)	1.372.872

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vettori, Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela companhia.

32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	235.317
2015 a 2021	44.955
	280.272

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Receita de construção	39.302	21.294
Custo de construção	(39.302)	(21.294)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	12.265
2015 a 2016	348
2017	87
	<u>12.700</u>

Até 31 de março de 2014, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de março de 2014 são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	334
2015 a 2017	1.305
	<u>1.639</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Notas Explicativas

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Receita de construção	11.307	11.315
Custo de construção	(11.307)	(11.315)
	<u>-</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de março de 2014, estão previstos investimentos no montante de R\$439.254.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	34.688
2015	16.662
2016	19.478
2017	31.366
Após 2018	337.060
	<u>439.254</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Receita de construção	26.817	7.992
Custo de construção	(26.817)	(7.992)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 b).

f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público ("UBP"). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27 de outubro de 2011, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011.

33. Arrendamento mercantil

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 31 de março de 2014, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Notas Explicativas

Prazo	31/03/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	25	25	25	25
Após um ano, mas menos de 5 anos	-	-	-	-
	25	25	25	25

34. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de março de 2014 totalizaram R\$564 (R\$2.045 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$905 (R\$2.404 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de março de 2014 é de 466 participantes.

35. Notas Promissórias

Em 21 de janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476.

Foram emitidas 260 (duzentas e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 260,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. O valor nominal unitário das Notas Promissórias Comerciais não será atualizado e as Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,80% a.a..

Os recursos obtidos por meio da emissão serão utilizados para a integralização do capital social obrigatório da CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., empresa criada para administrar e operar a concessão das BRs 060, 153 e 262.

O saldo devedor em 31 de março de 2014 é de R\$263.671. Os gastos de emissão, são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$ 2.057 em 31 de março de 2014 .

Notas Explicativas

36. Eventos subsequentes

a) Concepa- Aditivo ao Contrato de Concessão

A investida Concepa, em 16 de abril de 2014, assinou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”, “Poder Concedente”), o 13º Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo totaliza cerca de R\$244,1 milhões a valores atuais.

O Contrato será reequilibrado pelo Fluxo de Caixa Marginal, considerando uma taxa interna de retorno (TIR) real e do projeto de 8,01% bem como a indenização dos investimentos feitos. Além disso, a Concepa fará jus ao recebimento de uma taxa de administração de 7,66% para os investimentos em Capex e 6,24% para os investimentos indiretos.

O aditivo prevê a execução da 4ª pista da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

b) TPI Log – Possibilidade de aquisição de área

Em 1 de abril de 2014, por meio de fato relevante, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, por meio de sua subsidiária TPI-Log S.A. e em parceria com a LOGZ Logística Brasil S.A. (“LOGZ”), celebrou acordo visando à aquisição de terreno com a finalidade de desenvolvimento de um novo projeto portuário na cidade de Paranaguá/PR. A TPI-Log S.A. e a LOGZ terão participação de 50% cada.

A aquisição e a parceria com a LOGZ foram aprovadas pelas autoridades concorrenciais (Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE), mas estão sujeitas a determinadas condições, que podem ou não se concretizar, incluindo a obtenção de licenças e celebração de documentos definitivos.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:						Posição em 31 de março de 2014 (Em Mil Ações)
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	25.966	14,75	-	-	25.966	14,75
João Villar Garcia	67	0,04	-	-	67	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.375	0,78	-	-	1.375	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.430	0,81	-	-	1.430	0,81
Wilson Piovezan	1.050	0,60	-	-	1.050	0,60
Carlo Alberto Bottarelli	570	0,32	-	-	570	0,32
Sandro Antônio de Lima	13	0,01	-	-	13	0,01
Paula Paulozzi Villar	17	0,01	-	-	17	0,01
Vinci Partners	10.724	6,09	-	-	10.724	6,09
QVT Financial LP (i)	10.307	5,86	-	-	10.307	5,86
Guepardo Investimentos	8.780	4,99	-	-	8.780	4,99
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	17.951	10,20	-	-	17.951	10,20
Total	176.000	100,0	-	-	176.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 31 de março de 2014 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
Total	143.218	100	-	-	143.218	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de março de 2014						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	66.800	0,04	-	-	66.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.374.600	0,78	-	-	1.374.600	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	222	0,00	-	-	222	0,00
Diretoria	600.259	0,34	-	-	600.259	0,34
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	47.762.115	27,14	-	-	47.762.115	27,14
Total	176.000.000	100	-	-	176.000.000	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de março de 2013						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	90.008.795	61,65	-	-	90.008.795	61,65
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	259.500	0,18	-		259.500	0,18
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.374.600	0,94	-		1.374.600	0,94
Miguel Ferreira Aguiar	1.550.000	1,06	-		1.550.000	1,06
Wilson Piovezan	1.050.000	0,72	-		1.050.000	0,72
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	241.000	0,16	-		241.000	0,16
Administradores						
Conselho de Administração	202	0,00	-	-	202	0,00
Diretoria	624.389	0,43	-	-	624.389	0,43
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	50.891.514	34,86	-	-	50.891.514	34,86
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR), individuais e consolidadas, mencionadas no primeiro parágrafo incluem as informações financeiras: a) correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2013, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, com as reclassificações decorrentes da mudança de prática contábil descrita no parágrafo "Reapresentação dos valores correspondentes" acima e detalhadas na nota explicativa 3.1, as quais revisamos e julgamos apropriadas, e b) do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2013 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 15 de maio de 2013 e 20 de março de 2014. Referidos relatórios apresentavam a ênfase sobre participações a comercializar e operações descontinuadas similar a deste relatório.

São Paulo, 05 de maio de 2014.

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Directa Auditores sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 05 de maio de 2014 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014.

São Paulo, 05 de maio de 2014.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Directa Auditores sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 05 de maio de 2014 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014.

São Paulo, 05 de maio de 2014.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores